

Sumário Executivo de Medida Provisória

Medida Provisória nº 1.319, de 2025.

Publicação: DOU de 18 de setembro de 2025.

Ementa: Altera a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, para dispor sobre a vigência do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.

Resumo das Disposições

A Medida Provisória (MPV) nº 1.319, de 17 de setembro de 2025, tem o único propósito de alterar, de um ano para seis meses após a data de publicação, o prazo para entrada em vigor da Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que *dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais* e institui o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.

O art. 41 do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, aprovado pelo Senado Federal (de que deriva a Lei nº 15.211, de 2025), previa que a lei resultante de sua aprovação entraria em vigor após decorrido um ano de sua publicação oficial. Esse dispositivo foi vetado pelo Poder Executivo, com a justificativa de que a *vacatio legis* de um ano *seria incompatível com a urgência da necessidade de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital*.

Nesse sentido, o art. 1º da MPV em tela acrescenta o art. 41-A à referida lei para antecipar sua entrada em vigor para seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 2025.

Luiz Fernando Fauth
Consultor Legislativo